

# Texto de Cabral tem reprovação quase unânime

BRASÍLIA — No Congresso, entre os militares e no Judiciário, o substitutivo do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral teve poucos elogios e muitas críticas, que acabaram unindo esquerdistas e conservadores. Para Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), "houve retrocessos substanciais" em relação ao Poder Judiciário, Ordem Social, Censura, direitos individuais e dos trabalhadores, enquanto o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) criticou o texto por representar "um verdadeiro confisco das propriedades rurais". Já Amaury Muller (PDT-RJ) viu justamente o contrário, ou seja, "deplora os recuos quanto à reforma agrária".

O crítico mais indignado, ontem, na Constituinte era o líder do PFL, deputado José Lourenço, que aos gritos disse que o substitutivo só é bom para rasgar, "pois não atende ninguém, é confuso, mal estruturado, mal redigido e faz da gente idiotas". Para completar seu comentário soltou um palavrão. Alguns deputados, entretanto, elogiaram a criação de um órgão para cuidar do planejamento agrícola e a solução para a questão partidária, com Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) congratulando-se com Bernardo Cabral pela emenda contra os "marajás".

## Militares Satisfeitos

A modificação feita por Cabral quanto ao papel das Forças Armadas, colocando que elas se destinam "à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem constitucional", acrescentando esta última palavra, foi bem recebida pelos militares, que acham que vão continuar garantindo a lei e a ordem interna e externa, sobretudo podendo intervir em passeatas, greves e outros movimentos políticos. Para um general que acompanha a discussão, "lei e ordem constitucional é o mesmo que lei e ordem".

As Forças Armadas também gostaram porque o serviço militar continuou obrigatório, ficando elas ainda responsáveis pelo serviço militar alternativo. Também sentiram-se satisfeitos porque continuou proibido aos militares a sindicalização, greve, filiação a partidos políticos e a atividade em cargo público civil, enquanto na ativa.

O SNI é que está preocupado com o parágrafo 40 do Artigo 6º Dos Direitos Individuais, que assegura o acesso às referências e informações "que a cada um dizem respeito e o conhecimento dos fins a que se destinam, sendo exigível a correção e atualização dos dados através de processo judicial". Alguns deputados são contra o artigo, dizendo que ele simplesmente acaba com o SNI.

## Judiciário cauteloso

Para o ex-ministro do TSE e um dos advogados que mais atuam no Supremo Tribunal Federal, José Guilherme Villela, a retirada do Recurso Extraordinário do STF no tocante às questões federais, transferindo esta competência ao Tribunal

Superior de Justiça, diminui a importância dos tribunais de justiça estaduais. Ele disse que com o novo texto o Supremo passa a ser "o tribunal da federação pela metade".

Mas alguns ministros do STF afirmam que o substitutivo melhorou em relação à Constituição anterior, embora continuem cautelosos ao falar sobre o assunto. Entre as objeções feitas por um ministro, está o número de entidades que poderão oferecer representação por inconstitucionalidade de lei. Atualmente, isto é privilégio do procurador-geral da República, mas com o novo texto poderá propor este tipo de ação o presidente da República, o primeiro ministro, as mesas do Senado, da Câmara e das Assembleias estaduais, além dos governadores de estado, OAB, partidos políticos e confederações sindicais.

## Economia

### descentralizada

O deputado José Serra (PMDB-SP), um dos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização, disse que na parte econômica do projeto "foi feito tudo que era possível", considerando muito boas as definições no campo orçamentário. Sobre a parte ruim ele apenas comentou: "Entre o bom e o ótimo, muitas vezes o melhor é o bom".

Ele vê uma maior participação do Congresso, que terá uma comissão mista permanente com competência para emendar o orçamento, "sendo que qualquer deputado ou senador poderá enviar emendas à comissão, desde que consiga um terço de assinaturas em cada casa do Congresso". Ele ressalta ainda que o projeto prevê um plano plurianual de investimentos, além de obrigar a presença dos subsídios no orçamento, "o que deverá contribuir para maior controle sobre a despesa e o déficit público".

José Serra ressalta ainda o fato de os parlamentares, magistrados e militares passarem a pagar Imposto de Renda sobre tudo que recebem, "enquanto o projeto cria o imposto sobre a herança". Para ele, o governo perderá muito pouco de sua receita em virtude das mudanças na área tributária. Serra ainda elogiou a integração de seis impostos ao ICM, "que trará benefícios aos exportadores de produtos industrializados".

## Nem Para Uganda

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, não gostou do substitutivo e disse que ele "não faz jus às tradições parlamentares do Brasil, aliás, nem à associação dos analfabetos de Uganda". Ele classificou de "malandragem" o sistema parlamentarista adotado, porque não há menção de adaptação do sistema aos estados e municípios. Righi não vê também o motivo de se manter a exigência de maioria absoluta na eleição direta do presidente da República, "pois quando por um ou um milhão de votos, o presidente não vai governar e sim o primeiro-ministro".

# Pelo projeto, S. Paulo elegerá mais deputados

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

São Paulo poderá ampliar a sua bancada na Câmara Federal de 60 para 80 deputados, se mantido no texto da nova Constituição o parágrafo 2º do art. 74 do substitutivo Bernardo Cabral. Diz o dispositivo que o número de deputados, por Estado ou pelo Distrito Federal, "será estabelecido pela Justiça Eleitoral, proporcionalmente à população, com os ajustes necessários para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha menos de oito ou mais de 80 deputados".

Com 30 milhões de habitantes, segundo os dados paulistas, São Paulo é o único Estado que, mesmo aumentando sua população, atualmente não tem direito a maior representação na Câmara. A situação seria modificada com a aprovação do dispositivo que eleva o teto para 80 deputados. Não há artigo estabelecendo que o aumento da bancada seria na próxima legislatura, o que significa que será auto-aplicável, na opinião dos políticos paulistas.

## PELOS PARTIDOS

Numa avaliação preliminar, os parlamentares de São Paulo acham que as vinte novas cadeiras de São Paulo na Câmara dos Deputados seriam distribuídas assim: PMDB, dez ou 11; coligação PFL-PDS, dois ou três; PTB, dois ou três; PL, um; PT, dois; PDT, um.

Do PMDB seriam efetivados os três suplentes em exercício, que es-

tão substituindo deputados nomeados secretários do governo Quêrcia: Hélio Rosas, Michel Temer e Tito Costa. Mantidos os deputados Tidel de Lima, Ralph Biasi e Bete Mendes no secretariado paulista, seriam convocados dez ou 11 suplentes: José Yunes, Francisco Dias, Mário Hato, Goro Hama, Freitas Nobre, José Aníbal, José Gregório, Otacílio Almeida, Guacú Piteri, Myriam Lee e Ailton Soares.

Da coligação PFL-PDS seriam chamados os suplentes Diogo Nomura e Alcides Franciscatto. Do PTB, o notório Leonel Júlio e Armando Pinheiro (ex-malufista) e do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh e Ernesto Gallecia. Do PDT viria Flávio de Lucca e do PL, Vanir Stocche.

## NORTE-NORDESTE

As bancadas do Norte e do Nordeste pretendiam, anteriormente, combater o aumento da representação paulista, se implicasse a redução das bancadas menores. A bancada de Alagoas, por exemplo, segundo os deputados José Costa (PMDB) e Alberico Cordeiro (PFL), seria reduzida de oito para quatro deputados. Pela redação do substitutivo Bernardo Cabral ficaria assegurado o número mínimo de deputados — oito.

Os representantes de São Paulo acham que, com a alteração, os deputados do Norte e Nordeste não iriam rejeitar a elevação da bancada paulista de 60 para 80 deputados, a partir da promulgação da nova Constituição.

que a "minoría esqurdezante é que manobra os relatores, pois o texto não parece escrito por Cabral. Está evidente nele a manipulação do senador Fernando Henrique Cardoso, aliada à intensa patrulha ideológica".

Um dos aspectos mais criticados pelo presidente da UDR é o artigo que exige renovação constante, no Inera, da declaração de que uma propriedade rural está cumprindo sua função social. "Não é possível deixar os produtores sujeitos às benesses de um antro de corruptos como o Inera", reclamou Caiado. Ele também acha estranho que os mesmos parlamentares que tanto combateram o uso do decurso de prazo "queiram agora que um juiz julgue em 90 dias se uma propriedade deve ou não ser desapropriada, caso contrário a medida estará automaticamente aprovada". Caiado frisou que o Judiciário receberá dezenas de casos para avaliar em cada região e não terá condições de estudá-los no prazo estabelecido.

# Afif exige relação de 'marajás'

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Uma relação completa de todos os servidores públicos do País que nos últimos três meses tenham recebido, por mês, quantia igual ou superior a Cz\$ 200 mil é o que o deputado Afif Domingos (PL-SP) quer que seja apresentada à Assembleia Nacional Constituinte.

Ontem, ele entregou ao plenário da Constituinte um projeto de decisão determinando essa providência. Segundo sua proposta, a União, os Estados e os municípios, na esfera dos três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — ficam obrigados a encaminhar à Constituinte, dentro de 15 dias, a relação completa dos seus servidores, ativos ou inativos, que estejam naquele caso.

Compreende-se como sujeitos de remuneração, para esse fim — esclarece o projeto — os detentores de mandatos eletivos; os ocupantes de cargos de confiança ou em comissão; os membros da magistratura; os servidores públicos civis, em atividade ou aposentados, em exercício permanente ou temporário ou apenas contratados em qualquer regime de trabalho; bem como os militares de ativa ou da reserva e ainda os dirigentes e empregados de entidades da administração indireta e de fundações mantidas pelo poder público. E com-

prende-se como remuneração tudo que o servidor tenha ganho no mês, inclusive gratificações, diárias, ajudas de custo, auxílios a qualquer título, indenizações etc.

Afif Domingos disse que a Constituinte precisa dispor desses dados para tomar posição contra "um fato que se mostrou muito mais generalizado e grave do que se imaginava: salários astronômicos pagos a uma parcela de servidores públicos, em atividade ou aposentados, que passaram a receber a denominação popular, bastante apropriada, de 'marajás'".

A sociedade precisa saber também, segundo ele, que remuneração é paga aos servidores públicos em valores acima de Cz\$ 200 mil e a quanto montam esses pagamentos em cada ente público. E somente a Constituinte, assinou, pode acabar com isso, já que essas remunerações têm amparo legal e estão escudadas no direito adquirido.

E para que a Constituinte possa tratar do assunto, seu projeto deixa a questão em aberto até a votação do projeto da futura Constituição. Os prazos para apresentação de emendas, que já estão se esgotando, não prevalecem para esse efeito.

"MARAJÁS" PARA SEMPRE  
"O substitutivo Bernardo Cabral torna impossível alterar os atuais ganhos dos 'marajás', podendo mesmo



Afif, contra supersalários

propiciar o surgimento de milhares de outros altíssimos salários", advertiu ontem, em carta aos jornalistas, o deputado Samir Achôa (PMDB-SP). Segundo ele, "no emaranhado de dispositivos e temas contidos no substitutivo do relator ao projeto de Constituição, um dos assuntos polêmicos e que vem ganhando amplo noticiário nos meios de comunicação e estarrecendo a opinião pública, o chamado salário dos marajás, está contido no artigo 61 do referido substitutivo. O disposto ali não será capaz de conter os altos vencimentos percebidos pelos 'marajás'".

Achôa explica por que: "Um dos motivos é o complicado mecanismo sugerido, pois dificilmente a expressão 'os valores percebidos como remuneração, a qualquer título' deixará de ser interpretada favoravelmente ao aumento abusivo de tais vencimentos que se pretende conter. Dificilmente ficará claro perante a opinião pública quanto efetivamente perceberão, 'a qualquer título', membros do Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal Federal e ministros de Estado. É certo ainda que os maiores vencimentos dos 'marajás' foram obtidos perante o Poder Judiciário face, justamente, à imprecisão de termos de leis talvez feitas confusas com tal propósito. A singularidade do referido dispositivo — o artigo 61 — jamais conterá os abusos".

# Liberais vão trabalhar só em conjunto

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"O grupo se comprometeu a discutir emendas e apresentá-las em conjunto na Comissão de Sistematização. Somos 53 de seus 93 integrantes." Assim o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, resumiu a reunião que o grupo liberal interpartidário realizou ontem pela manhã, com a presença de 40 constituintes, na sede regional da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, para a primeira avaliação crítica do substitutivo de Bernardo Cabral.

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) ficou de selecionar as sugestões do grupo até domingo. Segunda-feira, elas serão transformadas em emendas consensuais para serem assinadas por todos os seus integrantes. Atendendo à solicitação do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) foi iniciada comparação dos trabalhos do projeto Hércules com o parecer. Hoje, a partir das 10 horas, será realizada outra reunião para novo estudo do parecer.

O deputado José Santana (PFL-MG) mostrou-se irritado com o parecer: "Na minha propriedade, o Estado é dono do subsolo. Na dos índios, para explorar o mineral, terá de ser feito um plebiscito. Tem mais: é mantida a imissão de posse imediata da terra, o que retira do seu proprietário o direito de defesa. Este será o grande debate a ser travado daqui para a frente sobre a imissão de posse. No Brasil, damos ao sequestrador, ao esturador, ao assaltante o direito de defesa que se nega ao produtor de alimentos. É o fim do direito de propriedade".

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) queixou-se do capítulo sobre educação: "Retirou-se da vinculação, proposta pelo senador João Calmon. É um retrocesso. Outra falha é não haver previsão para bolsa de estudo, principalmente em áreas onde, às vezes, só há espaço para uma escola particular".

"Houve algumas mudanças. Estamos no segundo estágio de decantação. Vamos para o terceiro e para o quarto. Estamos melhorando" diagnosticou o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG).

## CENTRO DEMOCRÁTICO

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) já conta com a adesão formal de 110 constituintes do PMDB ao Centro Democrático, bloco que se constitui dentro do partido majoritário para a defesa da livre iniciativa, preservação da propriedade e garantia de justiça social.

"Temos a assinatura de 110 constituintes. Todos comprometidos com o Centro Democrático", garantiu o representante cearense, que se preparava para o exame mais aprofundado do parecer do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

# Passarinho calcula força contra xiitas

"Descobrir se temos identidade e, se a temos, o que devemos fazer para enfrentar a obstrução anunciada pelo grupo de esquerda." Assim o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, definiu os resultados da primeira reunião de 40 dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização, o grupo liberal interpartidário, ontem realizado, de que participou pela primeira vez. "Fui como ouvinte e terminei coordenando a reunião, por sugestão de Sandra Cavalcanti", explicou.

Segundo Passarinho, o grupo está buscando "a identidade da maioria da Comissão de Sistematização". O senador observou: "Temos de saber se somos mesmo maioria. Só sabemos disso quando examinarmos os dados fundamentais que conflitam com o texto do substitutivo Bernardo Cabral. Cito um exemplo prático: o da antista. Vamos ver se a maioria existe na hora de o repelir. Se temos maioria em torno de um elenco de medidas ou se agirmos à base do improviso, sem articulação. Temos de nos preparar, ainda, para fazer face à obstrução anunciada pelo grupo de esquerda. Vamos estudar se somos maioria para impedir que a obstrução tenha êxito".



Fotos Alencar Monteiro

Siqueira Castro discursa numa sessão em que o plenário estava vazio de constituintes

# Na tribuna o povo, sem ouvintes

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Dez representantes do povo ocuparam ontem a tribuna do plenário da Câmara para defender emendas populares apresentadas na Comissão de Sistematização e todos tiveram a mesma queixa: a presença de poucos constituintes para ouvir os porta-vozes de centenas de milhares de eleitores que assinaram as propostas.

Apesar do nervosismo e da emoção, os representantes populares saíram-se bem, muitos deles defendendo as emendas do povo com mais brilhantismo do que os próprios constituintes, que também falaram por algumas classes. Quase todas as entidades contrataram firmas de vídeo privadas para gravar os discursos e para fazer entrevistas com os oradores. Já o advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assistência Parlamentar (Diap), levou seus familiares para ouvi-lo e também gravar em vídeo seu depoimento.

Apesar de as emendas terem sido assinadas por milhares de eleitores, as galerias, assim como o plenário, estavam vazias. Público mesmo só teve Riedel de Resende, que bateu o recorde com 21 constituintes presentes no plenário, e com sua nora Renata e os filhos Ulisses, Rogério e Júlio aplaudindo nas galerias. "Papai foi esplêndido", comentou Rogério, que deixou as galerias assim que Riedel acabou seu discurso em favor do direito dos trabalhadores.

Com a saída da família Resende não ficou ninguém nas galerias, tanto que três arquitetos de uma missão cubana que visitavam o Congresso chegaram a comentar: "Como se pode fazer uma Constituição com a contribuição popular, sem deputados no plenário e sem povo na assistência?"

O primeiro orador a falar foi o professor de Direito Constitucional da PUC, Carlos Roberto Siqueira Castro, defendendo em nome da Arquidiocese do Rio de Janeiro, o "usufruto constitucional", ou seja, que no dia da promulgação da nova Carta todos os favelados tenham garantido o direito de propriedade do barraco que ocupam.

Ele ficou quase cinco minutos agradecendo a oportunidade de falar na Constituinte, elogiando Afonso Arinos e Bernardo Cabral, de quem é assessor. Ele abusou dos termos complicados, "laborioso ofício", "variável axiológica" e "exegese", chegando a confundir a deputada e favelada Be-

nedita da Silva (PT-SP), que pediu aparte para apoiá-lo quanto aos direitos dos favelados.

Siqueira Castro, aliás recebeu o primeiro pedido de aparte do deputado Farabulini Júnior (PMDB-SP), preocupado com o fim do prazo de 20 minutos que tinha para defender sua emenda, inicialmente negou a palavra, deixando os constituintes perplexos, mas se deu conta de que afinal estava na "casa" deles e rememou dizendo: "Desculpe, claro que terei o máximo prazer em ouvi-lo". Depois disso, nenhum dos representantes populares negou qualquer aparte, do que se aproveitaram alguns deputados para fazer longos discursos em defesa de suas teses próprias, fugindo do tema em debate. Foi quase um "pinga-fogo" extra.

O professor Carlos Roberto Siqueira Castro confessou, depois, que estava emocionado e por isso se atrapalhou no aparte, sendo que ele preferiu que seus familiares não fossem à Câmara para ouvi-lo, "pois apesar de estar acostumado a falar em público poderia ficar intimidado".

Falou também Adid Jorge, de 68 anos, coordenador do Fórum Nacional da Terceira Idade, defendendo os direitos dos aposentados, apesar de já estar trabalhando há 50 anos e não querer parar tão cedo. "Me senti bem na tribuna e não importei muito por ser ouvido por apenas dez constituintes. O importante é a abertura da Constituinte e o que fica nos anais."

O deputado estadual José Duarte (PFL-MG), também defendeu os aposentados e disse não estranhar o plenário vazio, "pois na Assembleia Legislativa de Minas é a mesma coisa". Ele recebeu vários apertes e, como não conhecia seus colegas parlamentares federais, sempre agradecia "ao ilustre Constituinte que me aparteu".

Todos os representantes populares criticaram muito o deputado Bernardo Cabral por ter tirado vários pontos de seu substitutivo e por estar ausente do plenário, tanto que o relator acabou aparecendo para explicar-se. O vice-presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, João Botelho, defendeu três emendas e foi o único que, da tribuna, lamentou a falta de constituintes no plenário. "Eles chamam o povo e não aparecem", desabafou para apenas oito parlamentares presentes na hora. Pelo menos ele foi brindado várias vezes por apertes do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), que, confuso insistia em dizer: "O nobre deputado Botelho me permite mais um aparte?" O bancário João Botelho permitia.

# Arinos diz que está perplexo

O presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), revelou-se ontem, perplexo diante da dificuldade para contrariar questões levantadas pelos constituintes sobre novos problemas regimentais. "Eu fico perplexo — disse o senador fluminense — por ver que nós encontramos muito mais facilidades para debater problemas constitucionais, enquanto se apresentam muito difíceis as soluções para questões da mecânica regimental."

Arinos fez essa observação no início da reunião destinada ao debate de mais sete emendas populares, quando alguns parlamentares, especialmente o deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), entenderam que a presidente da Constituinte estava violando dispositivos regimentais, quanto aos prazos estabelecidos para a discussão do parecer sobre o substitutivo do relator Bernardo Cabral.

O presidente da comissão, ao se referir a tais questões de ordem, levou o ofício do deputado Ulysses Guimarães, entendendo que o prazo fatal para o início do exame da redação final, já no plenário da Constituinte, continuava sendo o dia 17 de outubro. Mesmo assim, prometeu procurar as lideranças partidárias, para que seja possível estabelecer cronograma para essa tarefa.

Em consequência, a Comissão de Sistematização não pôde submeter à deliberação do plenário uma proposta do vice-presidente Aloisio Campos, que estabeleceu um cronograma contemplando a discussão das emendas ao substitutivo, das emendas populares, dos pedidos de destaque e para a discussão e votação da redação final, incluindo a remessa à mesa da Constituinte do projeto originário e do substitutivo que vier a ser aprovado pela comissão com todas as emendas a ambos apresentadas.

O debate das emendas populares, todas relacionadas com direitos dos trabalhadores, começou, assim, com atraso de mais de uma hora.

GUSTAVO KORTE - CARLOS FARIA  
Advogados  
Rua Major Queiroz, 111 - 4º and. - c.j. 410,  
Tels. (011) 231-4174 - 259-6817